



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Ata n.º 141 / XIII / 4.ª SL

Aos dezoito dias do mês de setembro de 2018, pelas 14 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados-Coordenadores, com a seguinte,

Ordem do Dia:

Audiência da AIDGLOBAL – Ação e Integração para o Desenvolvimento Global, para apresentação das recomendações do Estudo "**A Educação para a Cidadania Global e as Juventudes Partidárias: o caso do Concelho de Loures**" e de um *Policy Paper* realizados no âmbito do projeto "Jovens na Política - Participar para a Cidadania Global"

Foi dado início à sessão, presidida pelo Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, o qual deu as boas-vindas à delegação da AIDGLOBAL, fazendo uma alocução inicial.

Em seguida, foi dada a palavra à Senhora **Susana Damasceno**, fundadora da AIDGLOBAL e Presidente da Cooperação para o Desenvolvimento, que agradeceu o ser recebida pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP), destacando a relevância da Assembleia da República tomar conhecimento das conclusões do estudo em título. Prosseguiu, referindo que a AIDGLOBAL foi criada há 13 anos com o objetivo de promover a educação para cidadania global, dando particular destaque à atividade desta organização na República de Moçambique, onde desenvolve programas no âmbito do combate à iliteracia através da construção e reforço de bibliotecas municipais e escolares. Sobre o projeto "*Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global*", referiu ter por objetivo estimular o voto jovem e promover temas associados ao desenvolvimento junto das juventudes partidárias. Mais disse que as conclusões do estudo demonstram existir interesse por estes temas, contudo, referiu, a concretização deste interesse não se reflete nas agendas dos partidos políticos. Nesta sequência, foi desenvolvido o *policy paper* em epígrafe, onde se reúne um conjunto de recomendações direcionadas a diversas entidades, entre as quais as direções partidárias



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

e parlamentares, visando promover a participação das juventudes partidárias na promoção da cidadania global.

Seguidamente, tomou a palavra a senhora **Noémia Pizarro**, para apresentar as conclusões do *policy paper*. Iniciou a sua alocução agradecendo a disponibilidade dos Senhores Deputados e dando nota de que, embora os jovens em geral e as juventudes partidárias em particular, revelem uma grande apetência para conhecer os temas relacionados com cidadania global, demonstram algum desconhecimento sobre as matérias em concreto, o que por sua vez condiciona um eventual contributo na formulação de uma agenda política coerente em torno destes temas. Referiu que este *policy paper* tem por base o conceito de que a participação dos jovens tenderá a beneficiar do envolvimento dos partidos políticos, Governo e Parlamento, entidades capazes de providenciar os incentivos necessários a motivar e a facilitar o envolvimento das camadas mais jovens.

Prosseguiu, referindo que os atores políticos devem procurar valorizar uma agenda nacional para a cidadania global e que questões ligadas à globalização, desenvolvimento e diversidade cultural não podem ficar limitadas à esfera de organizações não governamentais, escolas ou voluntariado. Mais disse que esta é a visão predominante, referindo, a título de exemplo, a estratégia nacional de educação para o desenvolvimento 2018 – 2022 e o conceito estratégico da cooperação portuguesa, onde a referência ao papel dos partidos políticos e juventudes partidárias é meramente residual ou inexistente. Não minorando o trabalho desenvolvido pelos atores de excelência nestas temáticas: organizações não governamentais para o desenvolvimento, escolas e outras associações, frisou que as juventudes partidárias têm algo a contribuir para estes processos, numa perspetiva de complementaridade. Mais disse que as próprias ONGD raramente consideram as juventudes partidárias como parceiros de relevo no desenvolvimento dos seus projetos ou destinatárias nas suas atividades de formação. Sobre o papel dos partidos e do parlamento, considerou essencial que estes atores assumam a responsabilidade de mobilizar os cidadãos para uma participação mais ativa, sugerindo iniciativas como a organização de conferências, na Assembleia da República, dedicadas ao tema da cidadania global ou a seleção deste tema na atribuição do prémio de direitos humanos. Sublinhou que cabe aos partidos politizar o conceito de cidadania global, trazê-lo para agenda política, para as ações de campanha e inclui-lo na sua ação de fiscalização do governo. Por fim, referindo-se à forma como as juventudes partidárias



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

se veem a si próprias à sua relação com os partidos e com a sociedade, lembrou o estudo de Manuel Braga da Cruz, que, em 1975, descrevia as juventudes partidárias como meras câmaras de eco dos seus partidos. Considerou que com o amadurecimento do sistema democrático, as juventudes partidárias ganharam alguma autonomia, funcionando, por vezes, como grupos de pressão, permitindo marcar a agenda partidária no que se refere à cidadania global. Mais disse que temas como as emigrações forçadas, o ambiente, direitos humanos, igualdade, são particularmente prezados pelos jovens, capazes de mobilizar o seu ativismo, permitindo imprimir uma dinâmica de atuação distinta dos partidos.

Terminada a intervenção da delegação, foi dada a palavra o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, para manifestar o seu apreço pela apresentação efetuada e destacar o papel que as juventudes partidárias assumem no seio dos partidos políticos, classificando-os como verdadeiros fóruns de debate, promotores de mudança, responsáveis por introduzir novas ideias na agenda partidária. Referindo-se à presente separação entre a sociedade civil e os partidos políticos, frisou não ser tema recente, mencionando que, em tempos, era quase considerado crime participar em atividades políticas. Discordou do sugerido no estudo de Manuel Braga da Cruz, frisando que no pós-25 de Abril as juventudes partidárias não eram meras câmaras de eco dos partidos, pelo contrário, lideraram o debate político dentro dos aparelhos partidários, dando como exemplo temas como o fim do serviço militar obrigatório entre outros. Frisou a relevância do tema em apreço, manifestando o seu desapontamento que o mesmo não se reflita no diálogo dentro dos partidos. Mais disse, que no âmbito das Comunidades Portuguesas residentes no Estrangeiro, este tipo de debate é efetuado a nível local. Concluiu, incentivando a delegação a prosseguir com este tipo de estudos, relevando tratar-se de uma discussão importante para a resiliência democrática do País.

Tomou a palavra ao Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)**, para agradecer a presença da delegação e manifestar o seu apreço pelo estudo apresentado, considerando tratar-se de um importante contributo para o debate político, que permite densificar conceitos que por vezes não estão bem definidos na sua divulgação junto da população em geral. Quanto a uma eventual desconexão entre as temáticas abordadas no estudo e as juventudes partidárias, sublinhou que esse trabalho pode, por vezes, ser desenvolvido de forma diferente, não científica e que tal não implica a ausência de preocupação da parte dos jovens quanto aos tópicos elencados. Concluiu, aludindo a uma dimensão na



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

participação política que, em algumas circunstâncias, acaba por ser secundarizada e que detém um espaço relevante na abordagem destas temáticas, numa ótica não institucional e informal, dando nota da existência de todo um conjunto de estruturas sociais, como organizações sindicais e movimentos associativos populares, que também contribuem para estes temas.

Em seguida, tomou a palavra o Senhor **Vice-Presidente da Comissão, Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**, para agradecer o trabalho desenvolvido pela delegação e lembrar que vivemos num período em que o papel dos partidos políticos é questionado por populismos emergentes, frisando que a responsabilidade social dos partidos está altamente desvalorizada face ao passado e que esta desassociação entre o ativismo político e a cidadania traduz-se na perspetiva de que as pessoas fora da política são, de alguma forma, mais válidas. Não obstante desta tendência, considerou que os partidos podem ter um papel positivo na criação de consciências, tendo em mente as temáticas abordadas no estudo. Sobre o papel das juventudes partidárias, referiu que o partido que representa optou por não edificar uma organização específica para jovens e que esta escolha engloba vantagens e desvantagens, valorizando o papel dos jovens ao inclui-los na totalidade dos debates e da vida partidária, sendo que, por vezes, os partidos políticos são propensos a diálogos divergentes, o que pode gerar algum desencanto. No que se refere ao *policy paper*, sublinhou o mérito em abordar temas como cidadania global e a solidariedade entre povos, cuja desvalorização, referiu, é tendência emergente à escala europeia e global. Frisou que muitos dos jovens que entram para o debate político são hoje confrontados com narrativas estruturadas em torno de desigualdades e preconceitos e que, neste contexto, pensar a sociedade como um todo é um contributo de relevo para a formação cívica da pessoa. Mais disse que a proposta do estado e partidos políticos incorporarem o pensamento de cidadania global é meritória, contudo, referiu discordar da pretensão substanciada no *policy paper*, em abolir por completo a dicotomia esquerda-direita na abordagem efetuada aos diversos temas elencados, uma vez que a análise não pode ser totalmente desassociada das diferentes perspetivas políticas. Não obstante, manifestou o seu apreço pelo trabalho apresentado, sinalizando que procurará corresponder ao desafio feito, de, como partido, pensar em formas de contribuir para o aprofundamento da consciência dos jovens no que se refere às questões relacionadas com a cidadania global.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Seguidamente, foi dada a palavra à Senhora **Joana Silva**, que tendo trabalhado como assistente de projeto, teve oportunidade de interagir diretamente com os jovens visados neste estudo. Sobre a dicotomia esquerda – direita, referiu que o estudo procurou trabalhar os temas em prol de um objetivo comum, reconhecendo as diferenças de perspetiva, verificando-se, no terreno, uma sensibilidade transversal a todo o espectro político para estas questões. Contudo, e não descorando a validade do trabalho efetuado, registou a ausência de ações concretas, resultantes desta vontade comum, referindo ser necessário materializar práticas, em linha com as conclusões elencadas. Referiu que o objetivo principal do estudo passou por despoletar outras iniciativas, como debates e tertúlias, que permitam converter a teoria na prática, embora considerando ser complexo atingir este resultado, dada a dificuldade sentida em estabelecer diálogos com as juventudes partidárias. Concluiu, frisando a relevância deste tipo de projetos, que, reiterou, são fundamentais na dinamização de iniciativas relacionadas com a cidadania global.

Por fim retomou a palavra a Senhora **Susana Damasceno**, para salientar a necessidade de incentivar os jovens portugueses a assumirem uma posição em prol de um mundo mais justo e sustentável, sublinhando ser esse o foco da ONGD que fundou. Considerou que, neste mundo globalizado, é da maior importância que as pessoas tomem posições sobre estas matérias, não podendo simplesmente delegar esta responsabilidade em terceiros. Neste sentido, encara as juventudes partidárias como um vetor importante na valorização destas temáticas, através da sua capacidade para marcar agenda política dos partidos ou por via de iniciativas individuais como cidadãos. O mais relevante, disse, é a população em geral tomar consciência destas questões, promovendo mudanças de atitude, sendo esta uma responsabilidade partilhada. Neste seguimento, deu nota da campanha “Bora Lá, Sai do Sofá”, focada na redução do abstencionismo das camadas mais jovens, cuja mensagem chegou a mais de 54.000 jovens via redes sociais. Mais disse considerar que os jovens devem assumir a sua coresponsabilidade pela sustentabilidade deste mundo, que, frisou, é de todos. Concluiu agradecendo a presença dos Senhores Deputados e a disponibilidade desta Comissão em tomar nota do estudo-diagnóstico e *policy paper* apresentados.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas quinze horas e quinze minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A presente reunião possui registo áudio consultável [aqui](#).

Palácio de S. Bento, 18 de setembro de 2018,

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

João Oliveira
José Cesário
Nuno Magalhães
Pedro Filipe Soares
Fernando Jesus
Rui Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 03/10/2018.